

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE
SÃO PAULO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO E
PÓLITICAS PÚBLICAS**

Jonas Dezidoro da Silva FILHO

ESTRATÉGIAS PARA TRANSFORMAR O PROJETO “POR ONDE ANDAS
MEU ALUNO?” NUMA POLITICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE
ARACATI/CE.

São Paulo

2014

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

Jonas Dezidoro da Silva FILHO

**ESTRATÉGIAS PARA TRANSFORMAR O PROJETO “POR ONDE ANDAS MEU
ALUNO?” NUMA POLÍTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE.**

Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial à aprovação no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Políticas Públicas da Escola de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientador: Prof^ª. Milena de Senne Ranzini

São Paulo

2014

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	03
2	DESENVOLVIMENTO	04
2.1	Aracati-CE: Sua História	04
2.2	O Projeto: Por Onde Andas Meu Aluno?	06
3	METODOLOGIA	09
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	10
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
	REFERÊNCIAS	15

RESUMO

O que será analisado neste artigo é por que e como o Projeto “Por onde andas meu aluno?” deve ser transformado em uma política pública no município Aracati? Será observado o tamanho da abrangência do Projeto, seus objetivos, um estudo sobre a reestruturação do mesmo, sua atuação e elencar o que deve ser necessário para transformar esse projeto numa política pública educacional eficiente, transversal e contínua. A Secretaria Municipal de Educação de Aracati percebeu que estava perdendo alunos além do normal, diante dos índices da evasão escolar ela buscou através do Projeto promover o acesso e garantir a permanência dos alunos na Escola. Todo o material coletado resultou em 3 (três) macro propostas. Tratar de uma transformação e uma construção de uma política pública verdadeiramente eficiente e capaz de atingir toda a sociedade, é revelar a luz dos olhos o verdadeiro sentido da gestão pública.

Palavras-Chave: Projeto “Por onde andas meu aluno?”; Política Pública; Gestão Pública.

1 INTRODUÇÃO

No início de 2013, houve um grande sentimento de mudança no Brasil, havia esperança nos sentimentos dos cidadãos, logo após as eleições municipais de 2012, onde houve grande percentual de renovação nas gestões públicas municipais. Para citar como exemplo, a taxa de reeleição dos prefeitos caiu para o nível mais baixo desde 2000, quando a disputa por um segundo mandato passou a valer pela primeira vez. Em 2012, 55% dos prefeitos que tentaram se reeleger conseguiram se manter no cargo, abaixo da taxa de 2008, de 65%. O percentual de renovação no comando das cidades também foi mais alto que nas últimas eleições municipais. Em 73% dos municípios, os eleitos não ocupam o cargo atualmente. Em 2008, a renovação foi de 60%. O levantamento foi feito pelo Estadão Dados comparando o resultado do primeiro turno com informações da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) sobre os candidatos à reeleição.

Assim, havia grandes possibilidades de mudança, novos quadros políticos poderiam assumir responsabilidades que antes estavam sendo desempenhadas por políticos antigos e tradicionais.

Um sopro de esperança pairava nos municípios que necessitavam alcançar de fato os avanços do Governo Federal, transformações lideradas pelo ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva e pela atual Presidenta Dilma Vana Rousseff, ambos filiados ao PT – Partido dos Trabalhadores.

O que se encontrava eram municípios endividados, sem a menor perspectiva, antiquados na maneira de gerir os escassos recursos públicos, desorganizados, sem compreender as políticas públicas e sem perceber a importância da priorização de objetivos e metas, construindo planos com o simples objetivo de atender prazos legais, mas sem colocá-los em prática.

Na realidade, todas as cidades tinham possibilidade de maiores recursos, mas sem uma visão sistêmica de gestão pública eminentemente eficiente, sem um entendimento macro das concepções de políticas públicas e ações sociais, sem gestões democráticas que estimulam a participação popular, essas cidades não conseguiriam atingir seus objetivos.

Instrumentos legais existem, temos o PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, LOA – Lei Orçamentária Anual, dentre outras, para não citar o Plano Diretor.

Todavia, os municípios encontram-se amparados por uma vasta rede de ferramentas legais e instrumentos de gestão que podem transformar os municípios em ambientes de plena igualdade social e desenvolvimento sustentável.

O que será analisado neste artigo é por que e como o Projeto “Por onde andas meu aluno?” deve ser transformado em uma política pública no município Aracati?

O centro da questão é analisar o Projeto “Por onde andas meu aluno?”, mensurando sua importância, se o mesmo conseguiu atingir seus resultados e analisando, principalmente, se este projeto pode ser transformado verdadeiramente numa política pública.

Será observado o tamanho da abrangência do Projeto, seus objetivos, um estudo sobre a reestruturação do mesmo, sua atuação e elencar o que deve ser necessário para transformar esse projeto numa política pública educacional eficiente, transversal e contínua.

O método utilizado visou obter dados quantitativos através da análise dos relatórios emitidos pelo núcleo de acompanhamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, e dados qualitativos através da observação com participação no sentido de obter registro visual e real do problema estudado.

O objetivo da utilização deste método é a construção de soluções e propostas para a indagação principal.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Aracati-CE: Sua História

Vislumbramos pesquisar o Município de Aracati no Estado do Ceará, na Região Nordeste, para podermos exemplificar tudo que foi dito antes.

Aracati é um município cearense, localizado na costa leste do estado, cujo destaque é a sua rica história arquitetônica, cultural e artística, bem como as belezas naturais.

Os historiadores divergem sobre as origens e o significado do topônimo Aracati, segundo Barba Alardo, significa, “pedra branca comprida para o alto”. Já Teodoro Sampaio, afirma ser: “bons ares”. Para José de Alencar traduz como “vento que vem do mar”. E, finalmente para Raimundo Girão diz significar: “monção ou brisa que sopra nas tardes de verão, saindo do mar e penetrando os sertões”. (LIMA, 1979).

As primeiras referências a Aracati surgem mediante relatos dos esforços de colonização do Ceará, no início do século XVII e o primeiro núcleo habitacional denominou-se São José do Porto dos Barcos, em seguida Cruz das Almas e ainda Santa Cruz de Aracati.

Em 11 de abril de 1747, através do alvará emitido por D. João V, povoado de São José elevado a categoria de vila com a denominação de Vila da Santa Cruz do Porto dos Barcos. A ascensão à condição de cidade se deu pela Lei Provincial nº 244, datada de 25 de outubro de 1842. (MATOS, 2005).

Hoje o Aracati segundo o IBGE tem uma população estimada em 2013, de 71.749 habitantes, a área territorial em km² é de 1.228,058, tendo densidade demográfica de 56,32 hab.

Cidade histórica tombada pelo IPHAN. Tem como braço forte na economia o turismo, destacando-se por ter um dos 65 destinos turísticos mais visitados do Brasil, a praia de Canoa Quebrada. Encontra-se a 140 km da capital Fortaleza.

O Aracati, como a maioria das cidades do interior nordestino, teve forte influência coronelista. Administração pública tradicional que se perpetuaram no poder.

Houve uma tentativa de tomada do poder pelas forças políticas democráticas em 1994, quando uma grande aliança partidária de centro-esquerda elegeu um Prefeito, José Hamilton Saraiva Barbosa, que destruiu a hegemonia dos antigos coronéis. Por ocasião do destino, esse Prefeito veio a falecer no meio do seu mandato, destruindo o projeto democrático popular que viria a se estabelecer no Aracati.

A cidade foi retomada pelas antigas forças da centro-direita, elegendu um Prefeito, Expedito Ferreira da Costa

Em 2012, a partir de um Fórum que congregava 12 partidos políticos de centro-esquerda e fora fundado um ano antes, denominado de Fórum Aracati Novos Caminhos, organizado pelos partidos e sociedade civil, colocava em pauta os assuntos mais polêmicos do Município em Audiências Públicas realizadas na Câmara Municipal, com a participação ativa das pessoas da sede da cidade e as comunidades rurais do interior.

O Fórum foi exitoso, as forças políticas democráticas reassumiram a Prefeitura de Aracati elegendu um Prefeito que nunca havia sido candidato, mas cheio de boas ideias e afinado com a filosofia do Governo Federal e Estadual no sentido de implantar no Aracati uma gestão moderna, democrática e participativa. Ivan Silvério da Costa, foi eleito no sentido de implementar uma gestão da cidade como o centro, colocando as pessoas como prioridade da gestão, respeitando as diferenças e buscando um desenvolvimento local sustentável, respeitando as comunidades.

O Município de Aracati é extenso, dividido em 7 regiões e 184 localidades, faz fronteira com 1 Estado e 6 municípios. Portanto, há uma grande área territorial, muitas pessoas e incontáveis problemas.

2.2 O Projeto: Por Onde Andas Meu Aluno?

Vamos tratar neste exposto de um Projeto criado pela Gestão Municipal na área da Educação.

A Secretaria Municipal de Educação de Aracati tem a função de formular e coordenar a política municipal de educação e supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua área de competência.

Também faz parte de suas atribuições garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, assegurar aos alunos da zona rural do Município a gratuidade e obrigatoriedade do transporte escolar e estabelecer mecanismos que garantam a qualidade do ensino público municipal.

Além disso, valorizar os profissionais da educação, garantindo-lhes planos de carreira específicos dentro do serviço público municipal, sem deixar de cuidar do desenvolvimento pedagógico infantil, do ensino fundamental e da alfabetização dos jovens e adultos do município.

Atualmente a Secretaria atende 11.821 alunos, sendo 2.502 da educação infantil, 8.787 alunos do ensino fundamental e 532 do EJA – Educação de Jovens e Adultos. Tendo 1.152 funcionários, sendo 712 professores, 547 encontram-se em sala de aula distribuídas em 53 Unidades Escolares.

A Secretaria dispõe de um Núcleo de acompanhamento pedagógico, que é composta de profissionais, na sua quase totalidade educadores, que treinam e acompanham os professores nos diversos níveis da educação.

Dispõem ainda de uma Coordenadoria de tecnologia educacional, onde todos os programas e projetos voltados para a área tecnológica são compreendidos e executados neste setor. Um Núcleo de Programas e Projetos que tem a função de acompanhar e gerar relatórios acerca da situação de todos os programas e projetos de responsabilidade desta secretaria. Não

podendo esquecer de citar que esses setores foram desenvolvidos pela nova gestão que assumiu em 1º de janeiro de 2013.

A Secretaria Municipal de Educação de Aracati percebeu que estava perdendo alunos além do normal, se comparado o ano de 2011 à 2012 foram 424 alunos a menos, e isso representa menos recursos para a Educação municipal.

Diante dos índices da evasão escolar, a Secretaria de Educação do Aracati – SEDUCA percebeu a complexidade do problema e buscou através do Projeto “Por Onde Andas Meu Aluno?” promover o acesso e garantir a permanência dos alunos na Escola, integrando um conjunto de ações que estão vinculados com outros programas direcionados pela Secretaria a fim de resgatar os alunos, que por algum motivo, se evadiram da escola. Tendo como público alvo os alunos em idade escolar de 03 a 14 anos, adolescentes, jovens e adultos.

O “Por onde andas meu aluno?” surgiu através da percepção da perda gradual de alunos ano a ano, que reduz consequentemente a transferência de recursos para a Educação, visto que o valor do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB é calculado a partir da multiplicação do custo aluno pelo número de matrículas constante no Censo Escolar.

Assim, cientes do desafio que haviam encontrado, o Núcleo Gestor da Secretaria de Educação de Aracati: Secretário, Assessores, Coordenadoria Administrativa e Financeira e Núcleo de Acompanhamento Pedagógico, criam um Projeto com o objetivo muito claro, diminuir o número de evasão escolar no Município de Aracati.

O Projeto “Por onde andas meu aluno?” é o resultado da análise dos técnicos da Secretaria sobre a situação da educação no Município.

Não se faz educação sem recursos, assim o Núcleo Gestor definiu como prioridade em 2013 reorganizar as contas da Secretaria e buscar novos alunos, sem permitir que os atuais deixassem as escolas da rede pública municipal. Isso tudo era muito complexo, pois o Município é extenso e limítrofe com diversos outros, as escolas sem a menor estrutura para receber os alunos, salários dos professores atrasados, falta de crédito da Rede Municipal de Educação, dentre outros.

O Projeto tinha como justificativa, atrair o aluno para a escola, bem como combater as causas da evasão. Vejam como é sintética a justificativa, mas traz diversos desafios por entre suas palavras.

Os objetivos eram:

- ✓ Reduzir a evasão;
- ✓ Buscar novos alunos;

- ✓ Sensibilizar a sociedade;
- ✓ Reestruturar o currículo das disciplinas escolares;
- ✓ Melhorar a estrutura física das escolas, criando espaços atrativos adaptados aos alunos.

Dentre as atividades propostas destacam-se:

- ✓ Criação do dia D no combate a evasão escolar;
- ✓ Criação de uma ficha de comunicação do aluno infrequente – FICAI, conseqüentemente criação de um sistema integrado das instituições de amparo ao aluno faltoso, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, e outros;
- ✓ Forte campanha de divulgação do projeto nas escolas das localidades que fazem fronteiras com outros municípios;
- ✓ Reuniões com professores, núcleo gestor, pais e alunos das escolas;
- ✓ Visitas as residências de alunos com número elevados de falta;
- ✓ Forte campanha nas mídias locais com vistas a novas matrículas escolares.

Abaixo segue quadro resumo do cronograma das atividades do Projeto:

Tabela 1: Cronograma das Atividades do Projeto Por Onde Andas Meu Aluno?

ATIVIDADE	COMO FAZER	QUANDO FAZER	ONDE FAZER (LOCAL)	QUEM VAI FAZER	MATERIAL
Mobilização.	Utilização de Carro de Som; Divulgação nos Meios de Comunicação; Palestras envolvendo toda a comunidade.	23/02 02/03 09/03 16/03	Preá; Lagoa Nova; Boca do Forno; Volta; Baixio; Assentamento Aroeira Vilany; Cacimba Funda; Cajazeiras; Sede.	Núcleo de Acompanhamento Pedagógico da SEDUCA; Núcleo Gestor das Escolas.	Carro de Som; Multimídia; Folders; Outros.
Reunião com os pais.	Convocar os pais para conscientização sobre a importância do acesso e da permanência do aluno na escola.	22/02 a 06/12	Escolas e Comunidades.	Núcleo de Acompanhamento Pedagógico da SEDUCA; Núcleo Gestor das Escolas.	Multimídia e Boletim Informativo e Educativo.
Utilizar o formulário – FICAI.	O professor deve preencher o formulário informativo ao Núcleo Gestor	22/02 a 06/12	Escolas.	Professores.	FICAI – Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente.

	das escolas informando o número de faltas de cada aluno.				
<i>Divulgação dos Dados Estatísticos.</i>	Divulgar semestralmente e anualmente os maiores e menores índices de evasão escolar e os altos índices de retorno dos alunos inicialmente evadidos.	09/08 a 30/12	Escolas e SEDUCA.	Núcleo Gestor das escolas e SEDUCA.	Humano e Expediente.

Fonte: SEDUCA – Secretaria de Educação do Município de Aracati, 2014.

3 METODOLOGIA

O método utilizado facilitou a qualidade da informação sendo base subsequente para os resultados da pesquisa.

A análise das informações primárias obtidas a partir dos relatórios emitidos pelo núcleo de atendimento pedagógico e a contribuição absorvida pela participação no sentido de observar e relatar as percepções pessoais no depoimento das pessoas das comunidades nas rodas de conversa das escolas da rede pública municipal.

Todo o material coletado resultou em 3 (três) macro propostas, que serão tratadas mas posteriormente.

A fonte é primária devido a obtenção da informação ter ocorrido a partir do contato direto com o sujeito do estudo por meio da observação das rodas de conversa nas escolas visitadas:

- E. E. F. José de Souza – Lagoa do Preá;
- E. E. F. José Nonato – Lagoa do Teodósio;
- E. E. F. Waldomiro Afonso de Lima – Boca do Forno;
- E. E. F. Virgínia Rodrigues Uchôa – Sítio Volta;
- E. E. F. José Rocha Guimarães – Baixio;

- E. E. F. 27 de Julho – Assentamento Aroeira Vilany;
- E. E. F. Francisco Amaral Lima – Cacimba Funda;
- E. E. F. Moisés marques – Cajazeiras;
- Colégio Municipal de Aracati – Sede.

Os espaços de debate eram organizadas a partir da participação do núcleo gestor da escola: diretor, coordenador; com a participação dos alunos e pais, sob a supervisão de um profissional da Secretaria Municipal de Educação.

As rodas de conversa sempre eram iniciadas com a leitura de um texto motivacional, no sentido de colocar todos os agentes desta atividade no mesmo sentido e sensibilizá-los da importância de estarem contribuindo no processo de discussão dos problemas das escolas.

Todo o debate se dava a partir de uma única indagação: Essa é a Escola ideal? Como chegarmos até ela?

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto “Por onde andas meu aluno?” visa buscar o aluno e fazê-lo permanecer na escola. Os objetivos deste projeto estão claros, todos a curto prazo e de resolução possível. No entanto, uma política pública deve ter objetivos mais complexos, de curto, médio e longo prazo. Não se pode visar apenas números, ou percentuais, onde expressam que houve uma taxa maior nas matrículas e se reduziu a evasão escolar. A permanência do aluno na escola depende de muitos outros fatores, que são responsáveis pela transformação do Projeto eficaz numa política pública transversal capaz de mudar a realidade das famílias, do pai à criança.

A geração de conhecimento através da aprendizagem, a construção de cidadãos conscientes capazes de mudar sua realidade local, comunidade que valoriza seu patrimônio e o que é verdadeiramente.

Dentre as variáveis possíveis para a transformação do Projeto “Por onde andas meu aluno?” numa política pública, listamos três, que representam o anseio de cada pai, de cada aluno, de cada professor, de cada núcleo gestor, de cada escola; onde ouvimos e participamos do debate, a partir das rodas de conversas.

A sintetização de todo esse estudo se concentra em três propostas prioritárias, e a partir delas haverá uma nova percepção deste projeto colocando-o no patamar de uma política pública eficiente.

1. Há de se construir um Plano Municipal de Educação Participativo, onde a Secretaria Municipal de Educação consiga colocar num mesmo ambiente de debate:
 - Os técnicos que construirão o plano;
 - A Secretaria, com a participação maciça de todos os funcionários, motivados a colaborar com essa ferramenta tão importante;
 - As escolas, por meio do núcleo gestor, mas prioritariamente os professores e funcionários que apoiam a instituição de ensino municipal;
 - Os pais, a partir deles, temos num efeito cascata toda a sociedade da comunidade compreendida pela escola;
 - Os alunos, peça fundamental do ensino;
 - Todas as demais secretarias, cada uma com sua importância, no sentido de enriquecer o plano com as diversas contribuições de todas as áreas.

Segundo Thiago Melo (em 24 de maio de 2011 no site da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação):

A qualidade da educação nunca vai superar a qualidade dos professores ou dos trabalhadores da educação! Qualquer plano ou ação que venha a existir, se não tiver a colaboração, a participação, o empenho direto de quem está lidando com a educação no seu dia a dia, nunca conseguirá promover as mudanças desejadas.

Também, há de se entender que os recursos são escassos, conseqüentemente, cada comunidade, ou seja, em cada canto da cidade deve haver a exposição das necessidades, dos sonhos que serão expressos no plano através das atividades prioritárias e essenciais.

Deve-se haver uma grande discussão municipal na sede e no interior no sentido de nuclear as escolas, ou seja, a escola deve aqui ter um sentido regional, macro e não local, micro, gerando espaços atrativos e completos na sua essência para os alunos, espaços modernos para as comunidades, escolas que representem a força da educação pública municipal.

Os alunos têm direito a laboratórios de informática, ciência, matemática, bibliotecas modernas, quadras esportivas, espaços propícios para aprendizagem e relações interpessoais. Portanto, o Plano Municipal de Educação Participativo deve contemplar no mínimo os próximos dez anos, contendo metas de curto, médio e longo prazo.

Com atividades e ações bem definidas, responsabilizando cada área e seus sujeitos realizadores. Sem deixar de conter, os prazos e execuções, e os períodos de debate que serão responsáveis pela atualização do mesmo e análise de obtenção de resultados eficientes;

2. Reformulação democrática e participativa do PCRM – Plano de Cargos e Remunerações do Magistério.

O Plano tem como objetivo estimular o desempenho profissional, valorizar o funcionário pelo conhecimento adquirido, pela competência, pelo empenho e pelo desempenho, incentivar a qualificação funcional contínua, estabelecer as regras para a evolução funcional e racionalizar a estrutura de cargos e carreira.

De acordo com Chiavenato (1998, p. 400): “A política salarial é o conjunto dos princípios e diretrizes que refletem a orientação e a filosofia da organização, no que tange aos assuntos de remuneração de seus empregados”.

A Constituição Federal no seu artigo 206 inciso V, determina a valorização como um dos princípios ao tempo que orienta como instrumento de materialização desse princípio a criação de planos de carreira para os profissionais da educação escolar.

Mais tarde com a aprovação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96 artigo 2º, inciso VII), esse princípio foi reafirmado. Segundo essa mesma Lei compete aos sistemas de ensino criar os mecanismos de promoção e valorização de seus profissionais do magistério instituindo-os em legislação própria (art.67).

Em 2007, com a sanção da Lei nº 11.494/07, que regulamenta o FUNDEB, a exigência de implantação de planos de carreira para todos os entes federados se faz presente mais uma vez (art. 40).

No dia 16 de julho de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.738 que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica. A sua promulgação representou uma vitória frente às lutas da categoria.

Em maio de 2009, novas Diretrizes Nacionais para os planos de carreira foram aprovadas pela CNE/CEB (Resolução nº2) na perspectiva, de mais uma vez, subsidiar as redes de ensino na criação ou reformulação de seus planos de carreira, materializando-se na

legislação educacional, critérios de valorização como fundamento principal para assegurar uma educação de qualidade no país.

Nesse sentido, vislumbra-se também o reconhecimento de que a desvalorização dos profissionais da educação básica pode acarretar no futuro, custos altos para a nação considerando-se que profissionais desmotivados mal formados e sobrecarregados em suas jornadas de trabalho não conseguem oferecer um ensino de qualidade retardando todo processo de desenvolvimento social e econômico.

Cabe aqui citar os malfadados multi-seriados, educadores expõe suas aulas mais diversos níveis de aprendizagem ao mesmo tem, ou seja, um professor dar aula para alunos do 1º, 2º e 3º anos, por exemplo. Isso é um absurdo! Deve ter seu fim decretado.

Portanto, não podemos de forma alguma pensar numa política pública efetiva de educação, sem valorizar os educadores, e o projeto fruto deste artigo só será uma política pública se conseguir construir um Plano de Cargos e Remunerações do Magistério participativo, com a atuação efetiva dos professores da rede pública municipal.

3. Os Conselhos Escolares devem ser entendidos como um colegiado formado pelos segmentos que constituem a comunidade escolar, eleito a cada dois anos, atuando em conjunto com a equipe gestora da unidade de ensino.

Segundo Antunes (2002, p.21) “Esse colegiado torna-se não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola”. Portanto, é evidente que o conselho escolar contribui para que as gestões escolares tenham a participação de todos na direção das vivências escolares.

O fortalecimento das relações entre comunidade, escola e local, com objetivos comuns e necessários para o bom desempenho das ações propostas pela instituição, que são da promoção e execução de atividades educativas de qualidade, necessária para que o trabalho seja consolidado de maneira democrática.

Com isso a implantação e efetivação do Conselho Escolar, promoverá maiores oportunidades a essa comunidade, de acesso a construção e consolidação de uma prática educativa significativa.

O Conselho Escolar, como o fruto de uma construção coletiva, fortalecendo a concepção de co-responsabilidade, do núcleo gestor, professores, de funcionários de apoio, alunos e pais, sendo mais atuantes nas decisões, ou seja, discutindo, opinando e participando de tudo que acontece diariamente na vida da Escola.

Fomentar a forte participação da comunidade nos Conselhos Escolares, colocando-o como principal ferramenta de discussão na escola. Deve haver grandes discussões no sentido de fomentar a escola ideal para que o aluno possa se sentir parte deste processo junto com a família.

O Conselho Escolar não só deve, como precisa compreender em seu preambulo a participação comunitária objetivando o engajamento de todos os atores deste processo, permitindo um amplo espaço de debate para construção de uma educação inclusiva, justa e humanitária, onde resulte em cidadãos comprometidos com a sociedade em que vivem.

Sem esquecer de alçar o Conselho Escolar como principal fiscalizador das melhorias físicas nas escolas, e principalmente como o ambiente capaz de priorizar o que se faz mais urgente de transformação física dentro da escola. O Conselho deve cobrar paulatinamente da Secretaria Municipal de Educação uma escola atrativa e eficiente.

Por fim, a sugestão é que em um ano seja colocado essas três propostas em prática. Primeiro a produção de um conciso plano de atuação da construção da política pública, sendo levado ao conhecimento de toda a população, apresentado na Câmara Municipal de Vereadores e na mídia local. Esse plano deve conter um cronograma que inclui as fases de discussão, formatação e finalização das três sugestões acima, com forte campanha na mídia para incluir todos. Finalizando com a produção da Lei Municipal que transforma o Projeto “Por onde andas meu aluno?” numa política pública municipal permanente, com suas diretrizes, forma de regulamentação e atuação, todas, claro muito bem discutidas pela sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo construído um relato sobre essa forte experiência acerca de um Projeto que traz no seu título um diferencial e uma vontade imensa de transformar a realidade local.

O Projeto “Por onde andas meu aluno?” foi capaz de obter resultados numéricos importantes. A partir deste artigo esses resultados poderão ser transformados de forma sustentada numa política pública transversal, capaz de transitar por todos os setores administrativos do município de Aracati, sendo exemplo para toda a região, fomentando a

mudança na visão gerencial de varias administrações públicas incapazes de tentar mudar, revolucionar, ou apenas, discutir com os municípios o sentido das ações públicas municipais.

Tratar de uma transformação e uma construção de uma política pública verdadeiramente eficiente e capaz de atingir toda a sociedade são revelar a luz dos olhos o verdadeiro sentido da gestão pública, da política como um todo: o benefício coletivo, a transformação de uma comunidade, sabendo enxergar as diferenças e agindo de maneira sóbria para buscar acima de tudo resultados positivos. A política pública eficiente não pode deixar de lado seu cunho social, pois é pela ascensão social que começa o desenvolvimento das comunidades, de cada local onde residem os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho?** Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

ARACATI. **Governo Municipal de Aracati.** Aracati-CE, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 21 de abr. 2014.

_____. **Conselho Escolar e a Educação do Campo.** Cad. 9. Brasília: MEC, 2007.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 3,** de 8 de outubro de 1997. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>>. Acesso em: 21 de abr. 2014.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2,** de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da

Educação Básica Pública. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf>. Acesso em:
21 de abr. 2014.

_____. **Decreto nº 6.755**, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm/>.
Acesso em: 21 de abr. 2014.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.
Acesso em: 21 de abr. 2014.

_____. **Lei nº 9424**, de 24 de dezembro de 1996, Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424compilado.htm>. Acesso em: 21 de abr. 2014.

_____. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 21 de abr. 2014.

_____. **Lei nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da 14 educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm>. Acesso em: 21 de abr. 2014.

_____. **Resolução nº 03**, de 8 de outubro de 1997. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (Brasil).

Disponível em: < <http://www.cesarcallegari.com.br/files/arquivos/1243620681.pdf>>. Acesso em: 21 de abr. 2014

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 1998.

LIMA, Abelardo Costa. **Terra Aracatiense**. 2. ed. Fortaleza: Biblioteca de História do Ceará, 1979.

MATOS, Maria do Socorro de. **Desbravando o Município de Aracati**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

MELLO, Thiago. **O Plano Nacional de Educação e a Importância da Educação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/>>. Acesso em: 21 de abr. de 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; BAPTISTA, Maria Del Pilar; PENSO, Lucio. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2013.

SEDUCA. **Secretaria de Educação do Município de Aracati**. Aracati-CE: SEDUCA, 2014.

_____. **Plano Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Aracati**. Aracati-CE: SEDUCA, 2014.

TOLEDO, José Roberto de. **Taxa de reeleição dos prefeitos é a menor da história**. 08 outubro 2012. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/vox-publica/2012/10/08/taxa-de-reeleicao-e-a-menor-desde-2000-e-cresce-a-renovacao/>>. Acesso em: 21 de abr. de 2014.

WOOD JUNIOR, Thomaz. **Remuneração Estratégica: a nova vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 2004.

